

NOTÍCIAS ZECA DIRCEU

Plano Nacional de Educação é peça-chave para melhorar ensino, afirmam educadores

12/04/2011

O Plano Nacional de Educação, em tramitação no Congresso Nacional, é peça-chave para o Brasil melhorar o nível de aprendizagem no ensino médio. É por meio dele que o país poderá corrigir as falhas no sistema educacional como o despreparo dos professores para lidar com alunos do “século 21” e a ausência de regras claras sobre a universalização do ensino.

A análise do Movimento Educação Para Todos que alerta: no cenário atual “quem paga a conta é o aluno pela ineficiência, por não aprender ou por sair da escola antes da conclusão”, diz Priscila Cruz, diretora do movimento que defende maior investimento na carreira do magistério para despertar o interesse daqueles que tenham sido os melhores alunos do ensino médio para a profissão.

“A gente tem no país apenas 11% dos jovens que concluem o ensino médio com o aprendizado mínimo de matemática. Então a gente tem pela frente uma batalha imensa para tentar garantir o direito de todos os alunos para este conhecimento”. Na avaliação dela, é necessário ter professores mais engajados com essa missão.

Priscila Cruz reconhece, no entanto, que a tarefa de ensinar se tornou um grande desafio porque hoje as vagas nas escolas estão abertas para todos. E a maioria que não consegue alcançar o mínimo de aprendizagem muitas vezes são alunos de famílias pobres que chegam às salas de aula com problemas de saúde, de transportes e outras dificuldades advindas da sua condição social.

Essas dificuldades, conforme defende Priscila Cruz, devem ser compensadas com um bom programa de ensino que deve ter a figura do professor no centro de tudo. “A gente tem que ter na escola uma política compensatória para que essas crianças que estão nas camadas mais pobres, mais vulneráveis, excluídas, possam se igualar em oportunidades porque não é justo ter uma desigualdade tão grande”.

Ela citou o resultado de um levantamento do Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no qual foi constatado que os países melhores colocados na qualidade do ensino, entre eles o Canadá, a Coreia do Sul, a Finlândia e Xangai, conseguiram atrair 30% dos alunos do ensino médio para a carreira do magistério. “A gente não tem isso aqui, a carreira não é suficientemente atraente”.

Além disso, afirmou que o Brasil não tem uma preparação adequada nas faculdades de pedagogia e de licenciatura. “A formação é muito voltada para a teoria e é pouco prática no sentido da didática para atrair os alunos”. Ela defende ainda a adoção de regime de atuação para o ensino federal, estadual e municipal e a implantação de uma Lei de Responsabilidade Educacional.

Para o professor titular da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), Nilson José Machado, a falta de estudantes interessados na carreira de professor não é causada majoritariamente pelas condições salariais dos educadores. Mas pelas péssimas condições de trabalho e pela desvalorização simbólica da carreira.

“Há uma condição de trabalho inteiramente deteriorada na educação básica. Isso passa pelo salário, mas, absolutamente, não se resume a ele. Um professor com 40 horas semanais tem de estar 32 duas horas na sala de aula por semana. Isso, independentemente do salário, é uma péssima condição de trabalho”.

De acordo com Machado, existe um bom número de professores com boa formação, mas que são atraídos para outras profissões em razão das condições precárias do ensino. “Os professores bem preparados existem aos montes, mas eles foram paulatinamente expulsos da sala de aula buscando melhores condições de trabalho”, disse. “A política que existe de preparar melhor os professores que estão na sala de aula é um furo n’água, porque quanto mais preparado o professor fica, mais ele vai procurar outra coisa para fazer”, completou.

Ele ressaltou ainda que a profissão de professor precisaria, como ocorre na maioria das ocupações com responsabilidade social, ter uma instituição de regule a profissão. “Tem de haver instituições como a OAB [Ordem dos Advogados do Brasil] para os docentes. Já faz muito tempo que a gente não tem esse tipo de regulação”.